

Sumário

1. O REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E OS SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1.1	O Regime Jurídico Administrativo e o desempenho da função administrativa	11
1.2	Os princípios administrativos	11
1.2.1	Os princípios administrativos implícitos.....	12
1.2.1.1	O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular	12
1.2.1.2	O princípio da indisponibilidade do interesse público e os bens públicos	16
1.2.2	Os princípios administrativos explícitos	17
1.2.2.1	O princípio da legalidade	17
1.2.2.2	O princípio da impessoalidade ou da finalidade	17
1.2.2.3	O princípio da moralidade	18
1.2.2.4	O princípio da publicidade	18
1.2.2.5	O princípio da eficiência e o Estado Gerencial	19

2 O ATO ADMINISTRATIVO

2.1	O conceito de ato administrativo	23
2.2	Os requisitos (ou elementos) do ato administrativo	23
2.2.1	A competência (ou sujeito)	23
2.2.2	A finalidade	24
2.2.3	A forma	25
2.2.4	O motivo (e a motivação)	25
2.2.5	O objeto (conteúdo ou consequência)	26
2.3	Os atributos dos atos administrativos	26
2.3.1	A presunção de legalidade ou de legitimidade	26
2.3.2	A imperatividade (o poder extroverso)	27
2.3.3	A auto-executoriedade	27
2.4	A classificação dos atos administrativos (e o grau de liberdade do administrador)	28
2.4.1	Os atos administrativos vinculados	28
2.4.2	Os atos administrativos discricionários	28
2.5	Formas de extinção ou de invalidação dos atos administrativos	28
2.5.1	A anulação de ato administrativo.....	28
2.5.2	revogação de ato administrativo.....	30

3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

3.1	A Administração Pública Direta	33
3.2	A Administração Pública Indireta	33

3.2.1	As autarquias e as agências reguladoras	34
3.2.2	As fundações públicas e privadas mantidas pelo Poder Público	35
3.2.3	Os consórcios públicos de Direito Público (as associações públicas) ...	35
3.2.4	As empresas públicas e as sociedades de economia mista	36

4. Os SERVIÇOS PÚBLICOS

4.1	O processo de delegação por contratos de concessão ou de permissão	43
4.2	Algumas formas de extinção da concessão e da permissão	44
4.2.1	O advento do termo contratual	44
4.2.2	A encampação	45
4.2.3	A decretação de caducidade do contrato administrativo	46

5. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO

(CF, ART. 37, § 6º)	49
----------------------------------	----

6. Os AGENTES PÚBLICOS

7. As LICITAÇÕES E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

7.1	O conceito, o objeto e os princípios que orientam os processos licitatório	65
7.2	As modalidades licitatórias	66
7.2.1	A concorrência (Lei n. 8.666/93, art. 22, I e § 1º)	66
7.2.2	A tomada de preços (Lei n. 8.666/93, art. 22, II e § 2º)	67
7.2.3	O convite (Lei n. 8.666/93, art. 22, III e § 3º)	67
7.2.4	O concurso (Lei n. 8.666/93, art. 22, IV e § 4º)	68
7.2.5	O leilão (Lei n. 8.666/93, art. 22, V e § 5º)	68
7.2.6	O pregão (Lei n. 10.520/02)	69
7.3	As situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação	70
7.4	Os contratos administrativos	72
7.4.1	As disposições preliminares	72
7.4.2	As cláusulas exorbitantes	72

BIBLIOGRAFIA